

# O OLHAR DO PEDAGOGO SOBRE OS ARRANJOS ESPACIAIS NA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

## *THE LOOK OF THE PEDAGOGO ON THE SPACE ARRANGEMENTS IN THE EDUCATION OF INFANCY*

Elisabete Cerutti\*

**RESUMO:** A presente investigação aborda as reflexões que a pedagogia evidencia diante dos arranjos espaciais presentes nas escolas de Educação Infantil. Dessa forma, o texto analisa os aspectos históricos e conceituais com que se edificou a Educação Infantil e a organização das estruturas de mobiliários e espaços, que passam a influenciar os aspectos metodológicos presentes no planejamento das atividades pelo e com o educador. O artigo esclarece, ainda, os tipos de arranjos espaciais e o caminho que pode ser traçado por gestores e educadores quando se trata de pensar no espaço educativo das escolas e as características dos usuários. Dentre as conclusões, destacamos os desafios sobre a temática, a necessidade de abordagem do tema por educadores e a relevância da pesquisa e da discussão quando se trata de um tema inovador que pode auxiliar, num futuro próximo, o cotidiano da Educação Infantil.

**Palavras-Chave:** Infância. Pedagogo. Arranjos Espaciais.

---

\* Professora do Departamento de Ciências Humanas da URI

R. Ciências Humanas	Frederico Westphalen	v. 8	n. 11	p. 223 - 234	Dez 2007
---------------------	----------------------	------	-------	--------------	----------

## **Apresentando a origem do estudo**

Qualquer atividade humana precisa de um espaço e de um tempo determinado. Assim acontece com o ensinar e o aprender com a educação. Resulta disso que a educação possui uma dimensão espacial e que, também o espaço seja junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa. (Vinão Frago, 2001, p. 61)

É com as palavras de Vinão Frago que introduzo essa reflexão que convida o leitor olhar para os espaços que se constituem como pedagógicos na escola infantil. Um trabalho que requer, além da observação dos espaços disponíveis para as crianças, as concepções de educação e a compreensão da criança, sua faixa etária, desejos, gostos e experiências que serão constituídas a partir das competências sociais e cognitivas que irá desenvolver ao longo de seu crescimento.

Tratar dos arranjos espaciais, é entender, num primeiro momento, que eles são constitutivos do ambiente físico e social que recebe a criança, que diz respeito à maneira como móveis, equipamentos e materiais pedagógicos estão posicionados entre si e propiciam a interação de seus usuários – as crianças.

Cabe, pois, compreendermos a concepção que temos de infância para, posteriormente, lançarmos reflexões sobre os espaços necessários para que esses sujeitos cresçam e construam seus saberes de forma saudável.

A criança é um sujeito social e histórico, que faz parte de uma organização familiar, seu ponto de referência fundamental, e está inserida em um meio social. É, por natureza, um ser singular, que sente e pensa o mundo de um jeito próprio e através das relações que estabelece com os outros e com o meio está em constante tentativa de compreender o mundo em que vive. Utilizando-se das mais diferentes linguagens, idéias originais e hipóteses sobre aquilo que busca desvendar, ela vai construindo seu próprio conhecimento, não como cópia da realidade, mas sim como fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. Diante disso, o grande desafio da Educação Infantil e de seus profissio-

nais é o de compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo.

Áries (1981), em seus estudos sobre a infância, evidencia a necessidade de pensarmos essa fase do desenvolvimento como tempo de viver e não de “vir-a-ser”, superando a concepção de ver as crianças como “adultos em miniatura” e, por isso, desprovidos de pensamento, de desejos e de escolhas. Na Idade Antiga considerava-se a infância como uma fase de transição passageira e que seria superada. Naquele tempo havia um grande índice de mortalidade infantil, ocasionado pelas pestes e precárias condições de higiene. Acreditavam que as crianças não possuíam alma, por isso não se apegavam a elas, pois eram passageiras e grande era a possibilidade de perdê-las. Por isso, durante muito tempo prevaleceu a idéia de gerar muitos filhos, a fim de conservar alguns. O autor remete aos dados históricos do Século XV, por considerar as crianças como adultos pequenos elas trabalhavam, comiam e se vestiam como tal. A partir de então surge a infância, quando decide-se deixá-las brincar, ir à escola e ser criança.

A partir das considerações históricas, emerge o pensamento de Maria Montessori, que segundo Santomé (1991, p. 88) salienta que a criança ao nascer não é como os animais, com caracteres já fixados: “a criança não herdará evidentemente os caracteres senão a potencialidade de formá-los”. Conforme ela, a criança tem períodos sensíveis para o desenvolvimento de cada aspecto: psicomotor, língua, ordem, leitura e escrita e a educação deveria levar em consideração esses períodos.

No Brasil, em 1988 a Constituição Federal passou a considerar a Educação Infantil como um direito de toda criança de 0 a 6 anos e um dever do Estado. Já a Lei de Diretrizes de Base da Educação Brasileira 9394/96, regulamenta a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. A partir desse suporte legal, todas as crianças devem ter acesso à escola, independentemente de sua classe social, gênero ou etnia. Com isso, introduz-se uma organização das políticas públicas que modifica a finalidade da Educação Infantil, até então entendida como papel essencialmente assistencial em entidades que não necessitavam de profissionais com formação para atendê-los.

Nascem os primeiros escritos sobre a Educação Infantil através do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998). Neste compêndio do Ministério de Educação vamos compreender que a Educação Infantil tem como base três eixos fundamentais: cuidar, educar e brincar.

A partir desses documentos teóricos, a Educação Infantil vem se expandido com expressão nas últimas décadas através de pesquisas e de relatos da prática educativa. Diante disso, há que avançarmos a reflexão e analisarmos, também, que o tripé: brincar, educar e cuidar se dá em um referido espaço, nem sempre pensado na construção da entidade, mas referência quando se trata de planejar as ações com as crianças. Para Arribas (2004, p. 113) “se cada ambiente se configura em relação a elementos, condições e situações que nele confluem, é evidente que cada equipe de educadores deverá refletir sobre qual a caracterização do ambiente em que se desenvolve a vida das crianças”.

### **O espaço físico como um dos elementos fundamentais para a Educação Infantil**

Direcionar o olhar do pedagogo para o espaço físico é propiciar por via da Geografia, a compreensão do local como foco de aprendizagem. Estar atento a esse fator é permear o educador de reflexões interdisciplinares e epistemológicas para que compreenda a influência que o espaço e sua organização traz para uma aula prazerosa, em que se construa conhecimento e garanta ao educador uma postura de quem respeita o educando e seja um mediador da aprendizagem.

Obviamente, não desejamos explorar o espaço de forma técnica no olhar de um outro profissional, a exemplo do arquiteto. Cabe ao educador entender como o espaço da criança deve ser organizado de forma que ela possa explorar, ter acesso e fazer suas escolhas, contemplando a aprendizagem, já que há muita relação entre aprendizagem e espaço. Para Romão (2006, p. 11):

repensar o espaço físico para que ele se torne verdadeiramente pertencente à criança e desenvolva todas as dimensões humanas deveria ser parte do processo

de estudos sobre a pedagogia, a fim de que os ambientes possam ser construídos com vistas a esse aspecto e, inversamente, os professores possam se utilizar de espaços adequados para desenvolver atividades concretas, propiciando uma aprendizagem significativa, entremeada pelo lúdico e respeitando as diversas especificidades das crianças.

Quando “entramos na escola” podemos vê-la com padrões exclusivamente definidos pelos adultos com base nas experiências contidas através da educação efetivada com o “modelo de escola” que historicamente conhecemos. Tal estrutura construída com base nos padrões vigentes, nem sempre respeita as especificidades de seus usuários. Uma escola, para crianças de 0 a 5 anos, certamente não requer a mesma estrutura para crianças acima dessa idade, por isso, o cuidado com a criação e/ou adaptação do ambiente faz-se necessário. As escolas públicas são um foco desse aspecto, já que nem sempre existem nos órgãos públicos um conselho que se reúne para discutir sobre o melhor espaço para a faixa etária, formado por gestores, pedagogos e arquitetos, dentre outros sujeitos capazes de discutir o que seria melhor para os futuros usuários. O que num primeiro momento pode parecer utopia, é um caminho que necessita ser trilhado para avançarmos na construção de espaços que sejam capazes de respeitar a infância e criar meios para que as políticas públicas sejam cada vez mais incorporadas de modo consciente. É somente a partir do diálogo e do olhar multidisciplinar que vamos construir novos conceitos, amparados em referenciais teóricos.

Atualmente, é comum vermos nas escolas salas de aula, banheiros, refeitório, pracinha ou parquinho, corredor de entrada e de saída, salas de espera, horta, entre outros espaços. É permitido pensarmos sobre quais desses espaços são vividos com ou sem as crianças, quais se apresentam “perigosos” e quais poderiam ser educativos, a exemplo da horta e do jardim, na maioria das vezes utilizado somente pelos adultos. Outros aspectos que merecem uma preocupação são os momentos em que as crianças utilizam as caixas de areia, os parques adaptados a todas as faixas etárias, a segurança no uso, o formato das prateleiras e armários, os “pregos” para pendurar os “trabalhinhos”, as toalhas da higiene, o

espaço de refeitório, entre outros. É um olhar que requer respeito ao educando e possibilidades de pensar nos espaços que favoreçam melhor o brincar, o cuidar e o educar.

Mas, quais escolas almejamos ter? Qual modelo de escola condiz com a nossa proposta? Uma proposta de respeitar a infância, baseada no tripé educativo. Para isso, são necessárias algumas modificações de cunho estrutural e pedagógico.

Segundo o Plano Nacional de Educação (2001), na construção das escolas de Educação Infantil, há que se respeitar os padrões mínimos de infra-estrutura, capazes de acatar a diversidade regional e as distintas faixas etárias. Para isso, é relevante observar o espaço interno, a iluminação, a insolação, a ventilação, a visão para o espaço externo, a segurança, a água potável e o esgoto sanitário. Há, ainda, preocupações quanto à higiene, a instalação dos serviços de alimentação, o cuidado com os ambientes externos e internos, os mobiliários e o cuidado primordial com o desenvolvimento das atividades e metodologias incluindo repouso, expressão livre, movimento e brinquedo.

Outros aspectos importantes são os espaços internos e externos, já que o espaço escolar não se restringe apenas à sala de aula. Os espaços externos são prolongamentos dos internos, devendo ser igualmente organizados e utilizados. Estes devem proporcionar, ainda, além dos aspectos sugeridos para os espaços internos, a expansão das atividades corporais e sociais, além de contemplar a autonomia e a responsabilidade frente a fatos desagradáveis que possam vir a ocorrer, já que este ambiente não deve estar totalmente desprovido de materiais e objetos que possam oferecer riscos às crianças.

É relevante elucidarmos que os arranjos espaciais, segundo Carvalho e Padovani (2008, on line, apud Legendre 1986, 1989, 1999), podem ser entendidos como semi-abertos, abertos e fechados. No primeiro deles, há zonas circunscritas, que proporcionam a visão de todo o local, onde há áreas delimitadas por barreiras formadas por mobiliários e paredes entre outros desníveis, que nem sempre possibilitam o acesso da criança a todos os espaço. No arranjo aberto geralmente há um espaço central vazio, em que o adulto tende a realizar suas atividades e nem sempre a criança interage com seus pares. Já no arranjo fechado, há móveis

ou divisões altas que não permitem a visualização do todo, fazendo com que as crianças evitem áreas que não conhecem e fiquem sempre em presença do adulto.

Vemos a partir do exposto que os arranjos espaciais tendem a influenciar a pedagogia utilizada pelo professor, já que estar em sua sala durante oito horas faz com que a criança se limite a uma rotina estabelecida somente por atividades que fazem com o que o educador seja o centralizador do processo de saberes a serem explorados naquele dia. Uma reflexão mais aprimorada em cada realidade poderia caminhar para a compreensão de como as escolas poderiam ser reestruturadas não havendo paredes que separassem todas as salas, mas espaços semi-abertos que compreendessem o lugar da gestão, da alimentação e da higiene como “fechados”, embora que a parede pudesse ser, na medida do possível, de material de vidro e no lugar das salas por turma, podem existir possíveis espaços dedicados a ludicidade, abrangendo diferentes áreas do conhecimento.

Para Forneiro há diferença entre espaço e ambiente. Entendemos por espaço físico o local utilizado para determinadas atividades, onde estão dispostos objetos, mobiliários e decorações. Já o termo ambiente refere-se ao conjunto do espaço físico e as relações estabelecidas nele.

Deste modo, na dimensão escolar, podemos entender o ambiente como um todo indissociável de objetos, odores, formas, sons e pessoas, que habitam e se relacionam dentro de uma estrutura física determinada que contem tudo o que, ao mesmo tempo, é contida por esses elementos que pulsam dentro dele como se tivessem vida. Por isso dizemos que o ambiente fala, transmite-nos sensações, evoca recordações, passamos segurança ou inquietação, mas nunca nos deixa indiferentes. FORNEIRO (1998, p. 233).

Considerando a idéia exposta acima, ressaltamos que para que o ato educativo seja desempenhado com qualidade vários fatores devem ser observados. Maria Montessori foi a precursora na idéia de adaptar o mobiliário escolar destinado à Educação Infantil, buscando a criação de um ambiente prazeroso, onde a criança se sentisse mais feliz. Iniciou adap-

tando os espaços incluindo os jardins e os objetos como mesas, cadeiras, armários, sanitários, enfim, tudo em tamanhos adaptados, cores agradáveis e bem iluminados.

Há, também, que salientarmos que as pedagogias para a infância devem atender a dimensão humana. Em Piaget e Vigotsky teremos a importância do aprendizado concreto, de uma construção de conhecimento, na qual as crianças precisam conviver, brincar e aprender, sem necessariamente serem controladas pelos adultos.

Romão (2006) pontua que a grade de horário pode ser prejudicial, do ponto de vista de não propiciar a interação, já que cada turma tem seu lugar e seu momento na maioria das vezes dirigido pelo professor. E cita Frago (2001) que aborda o quanto os espaços destinados às crianças tornam-se “molduras” da pedagogia e não somente um cenário onde ocorre a educação, mas uma forma silenciosa de ensino. Assim, quando as crianças interagem, brincam, trocam idéias, resolvem conflitos e tem acesso aos locais organizados nas salas de aula onde gostam de brincar e podem fazer suas escolhas, dá-se um ambiente carregado de intenções e emoções.

Um espaço em que a criança faz suas escolhas necessita lidar com a imprevisibilidade, no contexto de transformação, já que não são moldes estáticos. Muda, então, o papel do professor que por força do hábito, influencia a criança para a “hora de dormir”, “hora do trabalho”, entre outros momentos. O professor passa a mediatizar as atividades com a criança, propiciando a ela espaços diferenciados capazes de fazê-la escolher o que mais gosta e desafiá-la a descobrir espaços que ainda não explorou. Cabe, então, aos educadores e gestores, pensar nessa nova organização escolar e reproduzir ambientes da própria vida, capazes de oferecer à criança, espaços de identificação em um contexto educativo.

Investir na formação profissional é uma das necessidades. Além disso, outros aspectos que devem ser observados são os arranjos espaciais, que interferem na aprendizagem da criança, analisando como elas se relacionam nos espaços e com os espaços, como interagem e qual a importância que o educador dá a este fato.

Em uma palestra para educadores, Maria Carmem Barbosa (2007) referenciava que as crianças quando entram na escola tornam-se alunos



e, na visão histórica que constitui a imagem que temos de professores, alunos e escola, acabamos esquecendo que mesmo tornando-se alunos, as crianças continuam sendo infantes.

É a cultura da infância, produzida pelas próprias crianças que precisa ser levada em consideração, observada diante de suas vontades e interesses e não sendo imposta. Entra em ação o lúdico, já que é brincando que as crianças desvendam o seu mundo e relaciona-se com ele de forma muito própria.

É relevante, neste sentido, referir Vigotsky e Wallon, autores que defendem teoricamente a importância do meio no processo de desenvolvimento dos seres humanos. Segundo eles, o meio social é fator crucial no desenvolvimento dos indivíduos. O que demonstrou Wallon através de sua preocupação em mostrar como o desenvolvimento infantil e o meio social estão indissociáveis.

O ser humano, desde o seu nascimento, deve adaptar-se ao meio social, necessitando, muitas vezes, a mediação de indivíduos mais experientes. Justificamos assim, a importância do grupo e do educador, que aqui desempenha o papel de mediador, aliando-se a um espaço que promova a descentralização de sua figura e incentivando as iniciativas da criança, que gera grandes possibilidades de aprendizagem sem a sua condução direta.

Nesse aspecto, é relevante salientarmos que os espaços destinados às crianças sejam desafiadores e proporcionem interações significativas entre elas, através da disposição dos móveis e materiais, nas cores, nos odores, nos desafios e em tantos outros aspectos que devem ser considerados na organização da sala de aula e da escola como um todo. Para Horn apud Oliveira, 1993, p. 66).

Ao brincar com um tijolinho de madeira como se fosse um carrinho, por exemplo, ela se relaciona com o significado em questão (a idéia de carro) e não com o objeto concreto que tem em suas mãos. O tijolinho de madeira serve como uma representação de uma realidade ausente e ajuda a criança a separar objeto e significado. Constitui um passo importante no percurso que a levará a ser capaz de, como no pensamento do adulto,

desvincular-se totalmente das situações concretas. O brincar provê, assim, uma situação de transição entre a ação da criança com objetos concretos e suas ações com significados.

Toda vez que uma criança vive uma situação imaginária, demonstra uma manifestação emancipatória com relação às circunstâncias situacionais. Ao brincar ela expõe seus sentimentos e suas convicções. Interage com o meio, conquista seu espaço, amplia sua segurança enquanto constituidora de sua personalidade que está se construindo. Desse modo, o brincar é extremamente relevante na rotina pedagógica da Educação Infantil.

Concluindo, advertimos o quanto o tema torna-se relevante para o pedagogo, tendo em vista a formação integral na construção de novos olhares e novas reflexões, para que possamos ter nas instituições educativas, qualificados nos aspectos estruturais e pedagógicos.

Sendo a Educação Infantil muito recente na história da educação brasileira, continuamos a pensar formas capazes de melhor atender aos usuários de cada espaço. É somente refletindo, lendo e pesquisando que constituiremos novos pensamentos para agirmos conscientemente sobre o que temos que fazer para não esquecer que a cultura da infância precisa ser vivenciada pelas crianças e não somente pelo adulto.

Quando falamos em interação, devemos pensar em planejamento de espaços coletivos, que segundo Carvalho e Padovani (2008) propiciará a promoção da identidade pessoal, através de espaços em que ela desenvolva sua individualidade. Além disso, há o desenvolvimento de competência, capaz de propiciar a autonomia em não necessitar que o educador faça tudo para ela, bem como, a realização de movimentos corporais com segurança, um ambiente confortável e seguro para que haja a exploração e a oportunidade de um contato social, bem como, a privacidade quando necessário. Há, enfim, um caminho a percorrer, já que novas perguntas surgem para quem procura por respostas à necessidade de uma Educação Infantil de qualidade.

**ABSTRACT:** *This study represents a pedagogical reflection on special spatial arrangements in schools for children. The text analyses historical and conceptual aspects about Infantile Education and furniture and space structure organization, which influence methodological decisions in educational planning. The essay discusses kinds of spatial arrangements and how administrators and educators may think educational space and its user's characteristics. Among the conclusions are the challenges posed by this thematic, the need for educators to approach this theme, its relevancy for research and discussion, once it is an innovative subject which is connect to Infantile Education daily practice, and may be extremely useful to it in the near future.*

**Keywords:** *Childhood. Pedagogue. Spatial arrangements.*

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

ARRIBAS, Teresa Lleixà. **Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARVALHO, Mara. e PADOVANI, Flávia. **Agrupamentos preferenciais e não-preferenciais e arranjos espaciais em creches**. Extraído do site: [www.scielo.br/](http://www.scielo.br/) em 23 de março de 2008.

GIRARDELLI Jr., Paulo ( Org.). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997.

HORN, Maria da Graça Souza. **Discutir arranjos espaciais das salas de instituições infantis: por quê?** UFRGS, 2002.

MARTINS, Beatriz de O. S. M. e MARTINS, Rosimari Koch. **Desenvolvimento Infantil**. Florianópolis: UDESC, 2005.

SANTOMÉ, Turjo Torres. **A Educação Infantil**. Ourense: MRP Associação Sócio-pedagógica Galaico – portuguesa (ASPGP), 1991.

ROMÃO, Flávia Fernanda. **A dimensão espacial da escola de educação infantil enquanto ambiente de desenvolvimento humano e pedagógico**. São Paulo: Americana, 2006.

VINÃO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. DpeA Editora, RJ, 2001